

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Bolsas integrais
da PUC-SP
deixam de existir

*
Ex-demitido lança
livro sobre a
mídia brasileira

A RESISTÊNCIA DOS PROFESSORES

Justiça determina reintegração dos docentes demitidos

Por unanimidade de votos, os juízes do Tribunal Regional do Trabalho determinaram, na quinta-feira, 6/4, a reintegração dos professores demitidos pela PUC e Fundação São Paulo neste início de ano, dando ganho de causa à ação movida pela APROPUC e pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP). Estão excluídos da sentença os professores que optaram pelo Plano de Demissão Voluntária e aqueles que ingressaram na Justiça com ações individuais.

A sessão foi presidida pela juíza Maria Aparecida Pelegrini, que substituiu o juiz Nelson Nazar, que se declarou impedido de julgar a questão por já ter sido professor da PUC.

Os professores foram defendidos pelo advogado do Sinpro-SP, João José Sady, que encaminhou a sua argumentação no sentido de que a Fundação São Paulo violou a convenção coletiva e desrespeitou os conselhos superiores (veja relato nesta edição). Já a advogada da Fundação, Célia Pastore, sustentou sua defesa no fato de as liminares contra as demissões terem sido cassadas pelos juízes do Trabalho.

Parecer do relator

O juiz encarregado de relatar o



FOTOS DE FABIO NASSIF



Dois momentos da sessão que decidiu pela reintegração dos professores: acima, a defesa dos docentes pelo advogado João José Sady. Abaixo, professores e estudantes festejam a decisão do júri

Decisão da Justiça do Trabalho

Não foi tão surpreendente a decisão do Tribunal Regional do Trabalho em dar causa ganha à ação de reintegração dos demitidos impetrada pela APROPUC e pelo SINPRO. A Fundação São Paulo violou o acordo interno com a Associação e passou por cima do estatuto da Universidade.

As demissões em massa foram o fator social a influenciar a atitude dos juízes, mas dependiam em última instância da presença ou não da legalidade. É assim que funciona a Justiça na sociedade de classe.

A Fundação recorrerá com o argumento de que a crise financeira justifica demissões em massa. A saúde da empresa em primeiro lugar. Daí o argumento comum do patronato, sempre que provoca crise social, de que demite para preservar o emprego dos demais. É um senso de justiça bem particular do ideário capitalista. É com essa arma que os interventores recorrerão aos professores para que não apoiem nossa luta pela reintegração dos colegas demitidos.

Nós dizemos o contrário: não aceitamos a via das demissões e trabalhamos para que professores, funcionários e estudantes tomem a crise em suas mãos e procurem as saídas progressivas.

Se a decisão do TRT teve um fundamento jurídico, refletindo a contundência do problema social, o julgamento que fará o Tribunal Superior do Trabalho ao recurso da Fundação será político. Certamente, a Fundação confia reverter o julgamento da DRT nesse âmbito.

Tem contra si o fato de intervir na PUC, afastando a reitora de seus poderes, de demitir em massa, de violar aspectos legais e de desconsiderar completamente a APROPUC e a AFAPUC. Os patrões mais violentos desconhecem a representação dos trabalhadores. O que vale é o fato de ser proprietário e de proteger sua propriedade, não importando o custo social. Em se tratando de uma universidade, há outros agravantes.

A APROPUC nunca teve a Justiça do Trabalho como primeira instância de resistência, sempre confiou na força social dos docentes, na forma de mobilização. Recorremos ao último recurso e tivemos um ganho de causa na DRT. Agora estamos novamente diante do mesmo problema: é necessária uma ampla mobilização da comunidade, a começar pelos próprios docentes.

A luta que a APROPUC e a AFAPUC travaram teve muita importância, porque denunciou a via das demissões e a intervenção, extrapolando os campi da PUC. Mas foi decisiva a greve dos estudantes, ainda que parcial. Um dos argumentos da advogada da Fundação foi o de que não houve greve alguma. Ocorre que as manifestações foram notórias. A resistência da APROPUC, AFAPUC e Centros Acadêmicos deram às demissões sua exata dimensão política e educacional. Sem esta mobilização, a possibilidade de alcançar uma vitória jurídica em primeira instância seria infinitamente menor.

Trata-se dos docentes, agora, superarem a inércia e saírem em defesa desta conquista. Temos pela frente uma situação difícil, que é a de nos contrapormos à destruição do contrato de trabalho. A luta contra as demissões é parte de um problema maior: a defesa geral do trabalho, das condições de ensino, do ensino público e gratuito e da democracia e autonomia universitárias.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da APROPUC.*

Reitoria efetua novas demissões no câmpus Monte Alegre

Na sexta-feira, 31/3, novamente a PUC voltou a demitir funcionários no câmpus Monte Alegre. Foram quatro trabalhadores atingidos pela dispensa sem justa causa. Segundo a Divisão de Recursos Humanos, as dispensas, que ocorreram na semana retrasada, são de ordem pontual, e atendem a problemas de reestruturação exigida por alguns setores.

Como já está se tornando rotina, o temor de que novas demissões aconteçam faz com que boatos sobre novas listas de demitidos circulem entre os trabalhadores.

O chefe de gabinete Guilherme Simões declarou ao *PUCviva* que não estava em curso neste momento a reforma administrativa preconizada pela Reitoria em reuniões anteriores do Conselho Universitário.

Para Anselmo Antonio da Silva, presidente da AFA-PUC, "as demissões, agora no novo ritmo de conta-gotas, deverão continuar se a categoria não participar para reverter o processo".

Acordo salarial

Em comunicação telefô-

nica com a AFAPUC, a reitora Maura Vêras informou que a PUC e a Fundação São Paulo decidiram esperar pela decisão da Justiça quanto aos acordos salariais de 2004 e 2005.

A última assembléia dos funcionários deliberou que seria tentado um novo contato com a Reitoria, antes de serem tomadas medidas judiciais. Na quinta-feira, 6/4, foi depositado o salário dos funcionários com o reajuste de 4,27%. A AFAPUC insiste em que esta é uma decisão arbitrária, uma vez que a base salarial sobre a qual o reajuste deveria incidir está rebaixada (sem o reajuste de 2005) e principalmente porque não houve discussão em torno do índice aplicado (uma cesta de índices estipulada pela convenção coletiva). Historicamente, o índice que vem reajustando o salário dos funcionários e professores da PUC é o ICV-Dieese.

A AFAPUC deverá convocar uma nova assembléia nos próximos dias para discutir a questão.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.
Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jacqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - PUCviva na Internet: www.apropucsp.org.br.

PUC-SP deixa de oferecer bolsas-doação integrais

Passado um mês do início do ano letivo, muitos estudantes agora correm atrás das bolsas de estudo que serão oferecidas pela universidade este ano. Na semana passada, a Reitoria anunciou a abertura do edital que oferece 200 bolsas-doação para os 17.810 graduandos da PUC-SP.

O recém-aberto edital oferece vagas para a modalidade bolsa-doação parcial, que além da bolsa do Acordo Interno é a única financiada exclusivamente pela universidade. O edital inaugura uma nova fase na PUC-SP, em que não haverá nenhuma bolsa-doação integral – os descontos vão variar entre 50 a 60% do valor da mensalidade. “Bolsas integrais serão, a partir deste ano, somente as do ProUni”, diz a professora Célia Forghieri, assessora da Vice-Reitoria Comunitária.

Para garantir o título de filantrópica, a PUC-SP destina 20% de sua receita a causas sociais, com 10% reservados exclusivamente para bolsas-doação. Hoje, a universidade oferece 13%. “Estamos indo bem além do que a filantropia exige”, comenta a assessora. Célia diz que a Reitoria decidiu abrir o novo edital porque muitos estudantes desconheciam as bolsas oferecidas pelo ProUni e, por isso, não participaram da oportunidade.

A professora diz ainda que “a intervenção [da Fundação

São Paulo] não prejudicou a política de bolsas” mas nada garante que os Conselhos da universidade não discutam a diminuição do número de bolsas nos próximos anos.

Sobre os estudantes que per-

deram suas bolsas de estudo no fim do ano de 2005, a professora diz que “quem perdeu bolsa não a perdeu porque a PUC está diminuindo o seu número, perdeu porque não cumpriu com o que é exigido no contrato”.

Declaração do Movimento dos Cursinhos Populares

O M.C.P vem expor ao conjunto da universidade sua posição a respeito da forma como a direção da PUC-SP tem conduzido o acesso e a permanência dos alunos de baixa renda nesta universidade.

O ano de 2005 foi de muita luta para os alunos de periferia. Para garantir as matrículas, primeiro tentamos as vias burocráticas; porém, não conseguindo que nossas demandas fossem sequer ouvidas, restou-nos a radicalização do movimento.

Paramos departamentos, nos acorrentamos, entre outras ações que forçaram a Reitoria a ceder o parcelamento das matrículas e a abertura do edital de bolsas 100%, ações essas que a princípio possibilitaram o acesso desses alunos.

Os obstáculos impostos ao povo pobre e preto evidenciam a lógica pela qual a PUC-SP optou. Concedendo ínfimas bolsas mediante pressões internas, posava de comunitária e democrática, escondendo seu caráter elitista.

A deflagração da crise foi a desculpa perfeita para promoverem uma verdadeira limpeza social, atitude expressa no fato de, ao conceder bolsas não retroativas, a PUC-SP pode retirar as bolsas dos pobres alegando o não pagamento das parcelas anteriores à concessão da bolsa, além dos valores absurdos das mensalidades e da extinção de direitos históricos, como a bolsa-alimentação.

Para este ano, as direções da PUC-SP arranjaram um excelente mecanismo para expurgar os alunos da periferia: o novo edital de bolsas de 2006 oferece um desconto de 50% ou 60% na mensalidade, tendo que pagar a outra parte da mensalidade. Para nós, alunos de baixa renda, isto representa nossa extinção do ensino superior. É hora de unirmos forças contra a PUC-SP, a igreja e todos aqueles que querem os pobres, pretos e pretas fora da universidade.

Movimento dos
Cursinhos Populares

Livro mapeia influência da mídia nos rumos do país

A demissão sumária da PUC-SP não foi capaz de vencer o ânimo do professor Francisco Fonseca, do Departamento de Política. Dispensado da universidade em fevereiro, na lista atribuída à Fundação São Paulo, Chico relançou na semana passada seu livro *O Consenso Forjado*, num evento realizado na livraria Fnac.

A obra é resultado de sua tese de doutorado, defendida no Departamento de História da USP. Para elaborá-la, o professor examinou o papel de quatro grandes jornais na construção de um “consenso” sobre as idéias ultraliberais no Brasil, entre 1985 e 1992. A conclusão: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, apesar de suas origens distintas, defenderam em uníssono a abertura da economia, as privatizações, a confiança na livre iniciativa do mercado e a diminuição da presença do Estado na sociedade, durante todo o período analisado.

“Todo veículo de imprensa representa interesses particulares ou de grupos”, comenta Chico, refutando a tradicional alegação de que a mídia busca a imparcialidade e o bem comum. “Como empresas privadas, todos jornais visam o lucro, e às vezes podem funcionar até mesmo como partidos políticos, organizando setores da sociedade”, lembra o pro-



fessor, citando como exemplo a atuação da *Folha* na campanha pelas Diretas.

O livro aponta ainda que a harmonia entre os quatro veículos pesquisados começou depois do fracasso do Plano Cruzado, em 1987, quando o “mercado” passou a ser apontado como a salvação, o único caminho para o Primeiro Mundo, enquanto o Estado tornava-se o grande problema a ser superado. “Ainda hoje, a imprensa atua assim, dizendo-se democrática e aberta às disputas, mas claramente vetando o debate. Com uma ou outra dose de divergência, a agenda permanece”, considera Chico.

O Consenso Forjado, publicado pela Hucitec, pode ser encontrado nas livrarias e também em páginas de vendas na Internet.

Demissão política

Chico Fonseca é professor da PUC-SP há dez anos, tendo passado pelos cursos de Ciências Sociais, Relações Internacionais, Economia, Publicidade, Engenharia Elétrica, Serviço Social, Jornalismo e Administração. O professor considera que não foi demitido pela Fundação São Paulo, mas sim pela Reitoria e seus prepostos, formais e informais, que perseguiram seus inimigos. Com isso, sua demissão, como a de outros professores e funcionários, foi marcada pela perseguição política, e permeada pela falta de transparência.

Ligando o tema de seu livro à situação vivida na universidade, Chico lembra que o neoliberalismo é marcado por individualidade, competição extrema e ausência de solidariedade, chegando a ser definido por alguns como um darwinismo social. Para o professor, hoje, na PUC-SP, quem tem relações de amizade e acesso ao sistema decisório faz valer sua posição. “Não fui demitido por critérios financeiros ou acadêmicos, e a discussão sobre eficiência segue uma racionalidade mercantil, sem valores éticos. É o neoliberalismo na prática, sem teoria”, conclui.

processo expôs as preliminares, em que defendia que o ato praticado pela Fundação era a lesão de um direito concreto que deveria ser analisada caso a caso, e não coletivamente, como pleiteava a ação da APROPUC e do Sinpro.

Mas o voto da juíza revisora caminhou em sentido contrário, alegando que se tratava de um direito coletivo de uma categoria que naquele momento estava sendo julgado. O voto da revisora ganhou a adesão de todos os demais juízes, que votaram pelo julgamento da ação de maneira coletiva.

O relator continuou sua exposição com relação ao mérito da sentença, concluindo que, quanto à contratação de novos professores com salários mais baixos, não houve violação da legislação. Porém, analisando a paralisação, concluiu

que a greve não foi abusiva e que as demissões não cumpriram os prazos legais de estabilidade dos professores. Nesse sentido, seu parecer determinava a reintegração dos professores demitidos, com exceção daqueles que aderiram ao PDV e dos que entraram na Justiça individualmente, sob pena de multa diária de R\$ 1.000, que deverá ser revertida ao Hospital Santa Lucinda.

Os professores presentes ao julgamento comemoraram efusivamente a sentença que a PUC terá de cumprir no prazo de 48 horas.

Recurso

A decisão da Justiça deve ser executada assim que seja publicada a sentença do julgamento. Assim, os professores demitidos já deverão ser reintegrados nos próximos dias.

Cabe à Fundação, porém, recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Ouvida pelo *PUCviva*, a advogada Célia Pastore admitiu que a Fundação deverá tomar rapidamente todas as medidas judiciais cabíveis junto ao TST. Quanto à sua fala a respeito da autonomia do Consun ser somente cultural e acadêmica, a advogada reiterou que, no entendimento da Fundação, "o Consun não pode interferir no aspecto administrativo da universidade".

Os funcionários foram excluídos da decisão, uma vez que o relator reconheceu que o Sinpro-SP poderia representar somente os professores. Ao final desta edição, a APROPUC realizava uma reunião aberta com os professores para decidir os encaminhamentos sobre a reintegração dos docentes. Veja o relato dessa reunião no site www.apropucsp.org.br.

AS RAZÕES DOS PROFESSORES

"As demissões violaram a convenção coletiva"



O advogado do Sinpro-SP, João José Sady, iniciou a sua defesa argumentando que o direito de uma empresa de despedir imotivadamente seus funcionários não é absoluto. "A idéia é simplesmente resolver o problema da empresa trocando-se a mão-de-obra: manda-se embora alguns professores e contrata-se outros com salário menor".

Sady citou a cláusula da convenção onde está sacramentado o período de estabilidade dos professores, que a PUC deixou de cumprir ao enviar telegramas fora do prazo.

"Além do mais, complementa o advogado, essa empresa age como se fosse um negócio de ensino, ela age como se estivesse comerciando conhecimento. Mas esse produto recebe em nosso país uma proteção diferente. (...) Esse processo vai corroendo a alma da universidade, transformando a PUC numa fábrica de salsichas, não mais numa universidade".

Continuando nessa linha de argumentação, o advogado lembrou a representatividade do Consun, que deveria ser respeitada e acatada pela mantenedora, é que dessa forma as demissões sem consulta prévia violaram as normas da convenção coletiva.

"Que tipo de relações de trabalho nós queremos? Que tipo de mundo nós queremos? Nós, trabalhadores, queremos sobreviver, queremos um mundo onde a referência básica seja a Justiça", concluiu o advogado.

A DEFESA DA MANTENEDORA

"O Consun tem atividade acadêmica e cultural"



A advogada Célia Pastore iniciou sua defesa citando as duas liminares de professores da PUC que postulavam reintegração foram cassadas pelo Tribunal, que reconheceu a crise que a universidade passa. "Admitir-se a reintegração de todos os professores representados pelo Sinpro seria temerário e daria margem a uma total insegurança jurídica, já que temos duas decisões", comentou.

Célia acrescentou que no relato dos professores não se mencionava a principal razão que levou a Fundação a demitir, ou seja, a crise pela qual a universidade passa. "A PUC tem 60 anos de história e não seria através de uma atitude impensada que se dispensaria em massa. Nesse caso devemos pensar na preservação do emprego da maioria dos professores".

Para a advogada, não houve greve e, mesmo no auge da crise, a PUC continuou a funcionar normalmente. Célia também considerou que o direito de dispensa foi usado de maneira não abusiva.

Quanto ao papel que o Consun tem na universidade Célia foi clara: "O Consun não tem competência para determinar a legalidade ou para aprovar dispensa, muito mais em se tratando de dispensa de urgência. O Conselho tem atividade acadêmica, cultural, disciplinar. Mesmo assim, não há provas de que o Consun tenha negado estas dispensas".

Rola na rampa

Curso de Jornalismo premia reportagens sobre a PUC-SP

Em homenagem a Jorge Rafael Renard, professor demitido pela Reitoria e pela Fundação São Paulo, o Departamento de Jornalismo realiza a primeira edição do Prêmio Jorge Rafael de Jornalismo. O tema deste ano é "Crise Universitária e a PUC-SP". O prêmio tem por objetivo estimular a prática da reportagem e do jornalismo investigativo entre os alunos do curso. Os vencedores receberão prêmios de R\$ 1.000, além de certificados outorgados pelos professores do curso de Jornalismo. Podem concorrer ao prêmio todos os estudantes regularmente matriculados no curso, em qualquer período. Os trabalhos podem ser inscritos até 21/4, e devem ser entregues em três cópias ao chefe do Departamento, que expedirá o protocolo de cada inscrição. Outras informações pelo telefone 3670-8290 ou com o chefe do departamento de Jornalismo, professor Hamilton Octavio de Souza, pelo e-mail hamilton@uol.com.br.

CCA rechaça atitude da UNE

Em nota de esclarecimento enviada ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, o Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) rechaçou a atitude tomada pelos militantes da União Nacional dos Estudantes (UNE). No dia 28/3, alguns representantes da entidade reuniram-se com o Ministério da Educação para conversar sobre um possível empréstimo do BNDES para tirar a universidade do buraco, questão

que não foi aprovada em assembléia geral universitária quando posta em votação. Diz a nota: "nós, estudantes da PUC-SP, viemos por meio desta esclarecer que a União Nacional dos Estudantes (UNE), em reunião com representante do Ministério da Educação (MEC) nesta terça-feira, 28 de março do corrente ano, não expressa nem delibera em nome do corpo discente desta universidade".

PUC-SP realiza fórum sobre avaliação institucional

Na manhã desta terça-feira, 11/4, a PUC vai receber o professor Helgio Trindade, Presidente da Conaes (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior). O encontro vai servir para

discutir a auto-avaliação da PUC-SP, junto com oficinas sobre o assunto, que ocorrem à tarde. A abertura do encontro, a partir das 9h, contará com a presença da reitora Maura Vêras.

Agreste: espetáculo premiado em cartaz no Tucarena

A premiada peça *Agreste* teve sua reestréia em São Paulo em 7/4, e fica em cartaz no Tucarena até o final de maio. Encenado pela companhia Razões Inversas, o espetáculo conta com apenas dois atores no palco, ao mesmo tempo narradores e personagens de uma história de amor, fuga, perigo e morte no meio da seca. O texto é de Newton Moreno, com direção de Marcio Aurélio. No palco, os atores Paulo Marcello e João Carlos Andreazza também montam e desmontam cada cena. Ao fim da temporada, o grupo embarca para Berlim, representando o Brasil no evento Copa Cultural. As apresentações acontecem às sextas (21h30, com ingressos a R\$ 30), sábados e domingos (21h e 19h, com ingressos a R\$ 40). Estudantes e aposentados pagam meia-entrada. Informações: www.teatrotuca.com.br

Lucia Santaella assume entidade norte-americana

A professora Lucia Santaella, do pós em Comunicação em Semiótica, foi eleita vice-presidente da C. S. Peirce Society, dedicada ao estudo da obra do norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914). A entidade é ligada à Associação Americana de Filosofia, fundada em 1900 nos Estados Unidos.

Cortella lança mais um livro

Na segunda-feira, 3/4, o professor Mario Sergio Cortella, do pós em Educação: Currículo, lançou o livro *Não nascemos prontos! – provocações filosóficas*, em que discorre sobre um grande dilema humano: o conflito entre comodismo e ação. O livro pode ser encontrado em diversas livrarias da cidade e mesmo na Internet.